

## TERRA

# Guaraní buscam soluções

**D**ia 9 de setembro os Guaraní que vivem no Estado de São Paulo deram mais um passo na luta para assegurar o direito a um chão. Um grupo de oito indígenas, incluindo dois caciques, que representavam três aldeias, foi à Secretaria da Justiça reivindicar a demarcação e a expulsão de invasores de suas terras. Acompanhados de dois missionários do Cimi, que dão assessoria a eles desde 1979, os Guaraní das aldeias de Itariri e Rio Branco, no litoral sul do Estado, e de Ubatuba, litoral norte, especificaram as reivindicações de cada aldeia ao secretário da Justiça, José Carlos Dias, e ao procurador-geral da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário de São Paulo, José Milton Garcia, que acompanha o caso há vários anos.

O "capitão" Antônio Branco, de 82 anos, líder da aldeia de Itariri, fez várias reivindicações, contou sua experiência de luta e relembrou sua peregrinação — que já completou 40 anos e inclui até uma audiência com o presidente Café Filho — para garantir a terra a seu povo. Antônio Branco denunciou a invasão recente na aldeia de Itariri por mais de 50 famílias, incluindo até filhos de vereadores do município. Além disso, pediu a demarcação de 809,2 hectares destinados a esse grupo, pelo governador Carvalho Pinto, em 1963. Ele reivindicou também a anexação de 350 hectares onde estão fixadas as moradias e localizado o cemitério indígena, pois não foram incluídos na doação feita na década de 60.



Antônio Branco conta sua luta pela terra a José Carlos Dias

As fortes chuvas impossibilitaram a presença de representantes da aldeia Rio Branco, de difícil acesso, na audiência com José Carlos Dias, mas isso não impediu que os líderes presentes expusessem as reivindicações dessa aldeia. Esse grupo vive às margens do Rio Branco, desde o século passado, mas somente em 1969 tiveram uma área demarcada. Os Guaraní de Rio Branco hoje reivindicam a demarcação da área real onde vivem, que, segundo eles, é de 350 alqueires e não de 290 hectares, como foi demarcada anteriormente.

## UBATUBA

Na praia de Ubatuba vive a maior comunidade indígena do litoral paulista. As terras dessa aldeia são muito valorizadas, devido ao turismo, e várias pessoas se dizem seus proprietários. Próxima da Rio-Santos e incrustada no Parque Estadual da Serra do Mar, essa área indígena está

ameaçada por uma ação de usucapião, impetrada por Otacilio Dias Lacerda, que afirma que os Guaraní não são índios, para caracterizar a posse por via indireta.

Em 1980 o Cimi mobilizou advogados da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo para contestar Otacilio. E, em abril pp, Dom David Picão, bispo de Santos, solicitou ao secretário da Justiça, por ofício, a destinação, aos Guaraní dessa aldeia, da área por eles ocupada.

Para resolver o problema da terra dos Guaraní de Ubatuba, José Carlos Dias propôs duas alternativas: ou o Estado entra com uma ação discriminatória para caracterizar a área como devoluta (e, dessa forma, os índios passam a ter a posse da terra) ou o Poder Judiciário reconhece que as terras são ocupadas pelos indígenas, pertencem à União e, automaticamente, são deles. Além da demarca-



O cacique Altino (à frente) faz as exigências de sua comunidade

ção da terra, ameaçada por Otacilio Dias Lacerda, o cacique da aldeia Ubatuba, Altino dos Santos, reivindicou outros 166 alqueires, pois as terras que ocupam são insuficientes para prover o sustento da comunidade inteira.

## PROMESSAS

Para encontrar uma solução para o problema da aldeia de Itariri, que já tinha sido solicitada também pelo bispo de Registro, Dom Aparecido José Dias, o secretário da Justiça prometeu designar um topógrafo para demarcar os 809,2 hectares; paralelamente, será feito o levantamento dos 350 hectares reivindicados por Antônio Branco e pelo cacique Fernando, seu filho. Os índios também se comprometeram a ajudar na demarcação fazendo as picadas na mata. Em relação aos posseiros invasores o procurador José Milton Garcia disse que, "se a invasão persistir, a Procuradoria vai en-

trar com representação junto à Delegacia de Polícia de Itariri, pedindo a abertura de inquérito policial por invasão de terra pública".

Quanto à aldeia Rio Branco, o procurador-geral afirmou que essas terras foram incorporadas ao patrimônio da Fepasa. Apesar disso ele prometeu entrar em contato com esse órgão para discutir a questão e tentar conseguir que as terras sejam destinadas aos índios.

Da audiência com o secretário da Justiça, os Guaraní saíram com três promessas concretas para solucionar seus problemas. Como nem sempre promessa é dívida, após conversar sobre os resultados do encontro eles afirmaram: "Nós vamos esperar esse mês; se não resolverem nada, vamos esperar mais um pouquinho; mas se eles não forem lá (nas aldeias), da próxima vez a gente vai apertar mais eles".

## Em Bracuí, a mesma exigência

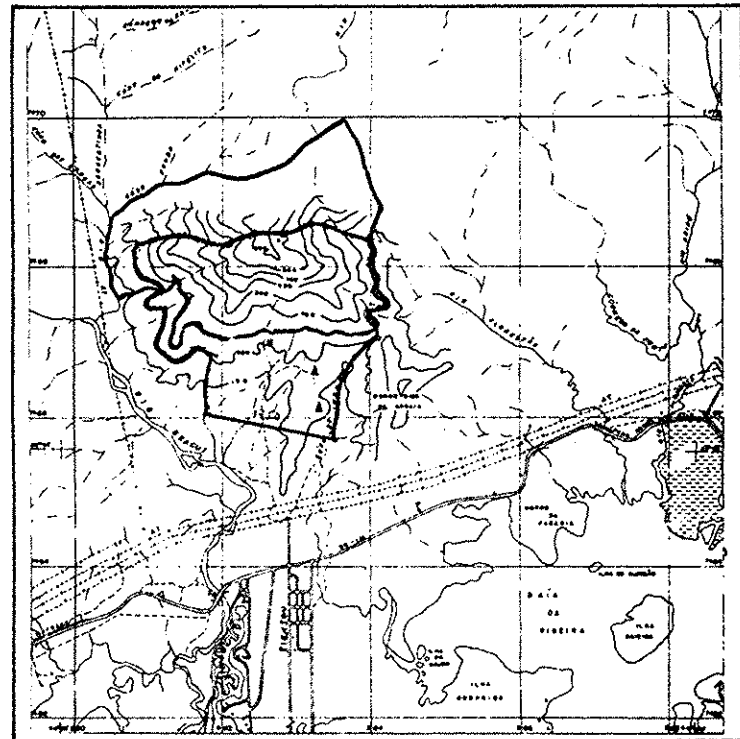
**O**s Guaraní de Sertão de Bracuí, próximo a Angra dos Reis, RJ, também estão lutando pela demarcação das terras onde vivem há mais de 20 anos. No dia 26 de agosto, o cacique dessa aldeia, Arge-miro Karai Tataindê, e sua esposa, Tereza Kretxu, foram levar ao presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, o pedido da comunidade para que suas terras sejam demarcadas. Luiz Felipe de Figueiredo, que trabalha no Projeto Guaraní, ligado ao Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro (Cadirj), também veio com o casal e reforçou o pedido de demarcação já encaminhado por meio de vários ofícios à presidência do órgão tutor.

Essa comunidade Guaraní-Nhandeva vivia próxima à BR-101 (Rio-Santos), mas foi-se afastando à medida que a estrada ia

sendo construída. Hoje os índios vivem a cinco quilômetros da BR, no pé da serra da Bocaina. Plantam mandioca, inhame, batata e banana, e lutam para ter este chão assegurado.

Em julho do ano passado, a antropóloga Maria Auxiliadora C. de Sá Carneiro, funcionária da Funai, foi até a aldeia de Bracuí, fez um relatório abordando minuciosamente os aspectos gerais da existência desse grupo indígena e da localização das terras por ele ocupadas. Em abril último, uma socióloga e um agrimensor, também da Funai, estiveram na área definindo a localização precisa dos indígenas dessa região. Apesar das visitas desses funcionários, a demarcação não foi iniciada. Por isso os Guaraní resolveram ir até o vice-governador do Rio de Janeiro, antropólogo Darcy Ribeiro, reivindicar suas ter-

ras, mas não foram recebidos. Durante a reunião com a Presidência da Funai, em agosto, os Guaraní entregaram um abaixo-assinado contendo 7.068 assinaturas de moradores de Angra dos Reis, de parlamentares, artistas, jogadores de futebol e líderes sindicais do Rio de Janeiro. Após fazer as reivindicações, saíram com a promessa de que uma comissão irá até a área fazer um levantamento fundiário da região e que o órgão tutor vai encaminhar um pedido de levantamento dominial da área do Inera. Como a morosidade dos órgãos oficiais é a única certeza neste País, o Cadirj resolveu fazer um levantamento aerofotogramétrico da região e os Guaraní continuarão a fazer sua reivindicação em todas as instâncias possíveis. Para isso já marcaram uma audiência com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.



Bracuí espera a demarcação da área já delimitada duas vezes